



**Castilla y Portugal
en la Edad Media
relaciones, contactos,
influencias
(siglos XII-XV)**

**César Olivera Serrano
(Coord.)**

DYKINSON

CASTILLA Y PORTUGAL EN LA EDAD MEDIA
RELACIONES, CONTACTOS, INFLUENCIAS
(SIGLOS XII-XV)

César Olivera Serrano (Coord.)
Instituto de Historia (CSIC)

DYKINSON

2023

Este libro colectivo es parte del proyecto I+D+I PID2020- 114722GB-I00, financiado por MCIN/ AEI/ 10.13039/501100011033.

Extravagantes, 18

ISSN: 2660-8693

© 2023 Autores

Foto de cubierta: Armas de la reina Juana de Portugal
Convento de San Antonio el Real de Segovia

Editorial Dykinson

c/ Meléndez Valdés, 61 – 28015 Madrid

Tlf. (+34) 91 544 28 46

E-mail: info@dykinson.com

<http://www.dykinson.com>

Preimpresión: TALLERONCE

ISBN: 978-84-1170-397-0

Depósito legal: M-22898-2023

Versión electrónica disponible en e-Archivo

<http://hdl.handle.net/10016/37708>



Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivadas 3.0 España

ÍNDICE

1. Presentación: <i>César Olivera Serrano</i>	9
Textos, crónicas, obras literarias	
2. Dependencia y emancipación de los diplomas regios portugueses respecto de la tradición leonesa durante el “largo siglo XII”: los preámbulos como ejemplo: <i>Pablo Martín Prieto</i>	13
3. Imagens cronísticas de Urraca, princesa de Castela e rainha de Portugal: <i>Isabel Barros Dias</i>	59
4. Entre propaganda, memória e história: a problemática da refundição do <i>Livro de Linhagens</i> do conde D. Pedro e os conflitos Luso-Castelhanos de finais do século XIV: <i>João Paulo Martins Ferreira</i>	85
5. Los vínculos de la cultura castellana con las reinas de Portugal (1481-1521): <i>Isabel Beceiro Pita</i>	149
6. Lidiando con la transgresión: mecanismos de adaptación de la belicosidad episcopal al discurso historiográfico eclesiástico galaico-portugués de los siglos XI-XIV: <i>Iván Curto Adrados</i>	169
Reyes y cortesanos	
7. Una mujer entre reyes: la percepción de María de Portugal fuera de la corte castellana: <i>Ana Arranz Guzmán</i>	191

ÍNDICE

8. Sobre documentos perdidos y amistades peligrosas: Leonor López de Córdoba y Fadrique Enríquez de Castilla y Castro, duque de Arjona: *Óscar Perea Rodríguez* 253
9. Aproximación a la Casa de un rey “intruso”: el Condestable don Pedro de Portugal en Cataluña, (1464-1466): *Santiago González Sánchez* 285
10. Juan de Merlo: un modelo caballeresco portugués en la corte de Juan II de Castilla: *César Olivera Serrano* 413
- En tierras de frontera
11. Los obispos extremeños entre el siglo XIII y XIV: confluencias de intereses y conflictos en un espacio fronterizo: *Enrique Asenjo Travesí* 467
12. Los testamentos del monasterio de Santa María de Oya y su proyección en Portugal: *Margarita Cantera Montenegro* 497
- La estética cortesana
13. ¿Una reina en la sombra? Arte, política y persuasión al servicio de Juana de Avis (†1475): *María Teresa Chicote Pompanin y Ángel Fuentes Ortiz* 525

IMAGENS CRONÍSTICAS DE URRACA, PRINCESA DE CASTELA E RAINHA DE PORTUGAL

Isabel Barros Dias

Universidade Aberta e IELT | IEM (NOVA-FCSH)

vi tambem esta Rainha, a qual jaz sò em hum grande moimento, jaz inteira como aquella hora que a sepultaraõ; jaz mirrada como també estão os outros Reys & seus filhos. E tem esta Rainha cara, que mostra ser em seu tempo muy fermosa. Está enfeitada ao modo antigo, seus cabelos enastrados compridos ainda agora parecem hum fio de ouro, & pera testemunha disto eu lhe cortei hũa fermosa gadella delles de junto de hũa horcha, a qual tenho em muita estima, tẽ debaixo de si hũa colcha pintada como cousa de negros, & sobre a colcha hum lençol de linho, & tudo isto està como a hora que a alli sepultaraõ, ao menos o lençol que he muito pera ver, & o que me mais espantou, & a algũs que com sua A. estiveraõ, foy que ella jaz calçada com hũas botinas vermelhas apantufadas, & tem no peito do pè em partes as armas antigas de Portugal douradas, que parecem ouropel, & as botinas, ou çapatas estão taõ frescas como se fossem agora calçadas, das quais eu trabalhei de tomar hũa por memoria, & não me foy concedido.¹

Urraca Afonso de Castela (1186/1187-1220), mulher de Afonso II de Portugal, consubstanciou a primeira aliança matrimonial entre Portugal e Castela. Trata-se também de uma rainha cujos biógrafos se debatem e queixam de uma grande falta de informações. Figanière dedica-lhe uma mera dezena de páginas². Mais recentemente, Ana Rodrigues de Oliveira dedica-lhe cerca de 15 pp.³. Bernardo de Sá-Nogueira escreve um texto mais amplo, de cerca de 85 pp.⁴, porém, realiza uma abordagem que incide especialmente sobre o seu entorno, centrando-se nos contextos familiar, social e político nos quais a rainha se moveu, sugerindo ainda a plausibilidade da sua intervenção em

1 BRANDÃO, Fr. António – *Monarquia Lusitana*. Lisboa: INCM, Vol. IV, 1632 [2008], fl. 104r, citando Frei António Fala, testemunha da exumação dos corpos dos reis de Portugal em tempos de D. Sebastião.

2 FIGANIÈRE, Frederico Francisco de la – *Memorias das Rainhas de Portugal. D. Theresa – Santa Isabel*. Lisboa: Typographia Universal 1859, pp. 71-81.

3 OLIVEIRA, Ana Rodrigues de – *Rainhas Medievais de Portugal. 17 mulheres, 2 dinastias, 4 séculos de História*. Lisboa: A esfera dos Livros, 2010, pp. 97-112.

4 SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de – “Urraca de Castela ([1186/1187]-1220)” in *As Primeiras rainhas. Mafalda de Mouriana. Dulce de Barcelona e Aragão. Urraca de Castela. Mecia Lopes de Haro. Beatriz Afonso*. Maia: Círculo de Leitores, 2012, pp. 211-296.

algumas iniciativas, como as primeiras inquirições gerais (que já se verificavam em Inglaterra, reino de origem da sua mãe, Leonor) e a tentativa de criação de um panteão real em Alcobaça (tal como o seu pai Afonso VIII tinha procurado fazer no mosteiro de Las Huelgas)⁵. Ainda de acordo com este autor, a intervenção da rainha é igualmente provável na promoção de algumas alianças, caso do projeto de casamento da cunhada Mafalda com o seu irmão Henrique de Castela (que seria no interesse do marido, mas não no interesse da sua irmã Berengária); na ida do Infante Afonso, futuro Afonso III, para França, onde casaria com a condessa de Bolonha, e no casamento da sua filha Leonor como rei Valdemar III da Dinamarca (sendo que estes dois últimos processos já terão usufruído dos bons ofícios de Berengária, rainha-mãe de Castela e irmã de Urraca)⁶. Figanière e Olivera, por seu turno, abordam ainda a questão da proteção que a rainha terá dado à instalação dos franciscanos em Portugal⁷.

Se nos virarmos para a historiografia medieval, encontramos uma aridez semelhante na grande maioria das crónicas dos séculos XIII e XIV. Nestes textos, Urraca quase não é sequer referida. Ocasionalmente, encontramos brevíssimas notas, regra geral relacionadas com o seu marido, Afonso II, especialmente denegrido nas crónicas castelhanas. Tal é evidente logo nas duas crónicas latinas mais significativas que foram redigidas na primeira metade do século XIII, no âmbito da corte de Fernando III de Castela e Leão: o *Chronicon mundi*, de Lucas, bispo de Tui, escrito a pedido da rainha Berengária, irmã de Urraca, e o *De rebus Hispanie*, do arcebispo de Toledo Rodrigo Jiménez de Rada, encomendado por Fernando III, mas onde também é evidente a importância da rainha-mãe Berengária⁸.

No *Chronicon mundi*, Urraca é referida num ponto em que se fala da descendência de Afonso VIII: “Duxit uxorem filiam Henrici regis Anglie nomine Alienor, ex qua genuit Fernandum et Henricum et Berengariam et Blancam et Vrracam et Alienor et Constanciam. [...]. Dedit Lodoico regi Francorum filiam suam Blancam et Adefonso regi Portugalie tradidit Vrracam.”⁹. O re-

5 SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de – “Urraca de Castela...”, pp. 271-273.

6 SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de – “Urraca de Castela...”, pp. 239-240, 265-266, 273.

7 FIGANIÈRE, Frederico – *Memorias ...*, p. 74; OLIVEIRA, Ana – *Rainhas...*, pp. 104, 111-112.

8 Sobre estas crónicas latinas, vd. MARTIN, Georges – *Les Juges de Castille. Mentalités et discours historique dans l’Espagne médiévale*. Paris: Klincksieck, 1992 (lv. II – “Idéologiques”).

9 LUCAS DE TUI – *Chronicon Mvndi Luce Tvdenensis*. Ed. Emma Falque. Turhout: Brepols, 2003, lv. IV, p. 321.

gisto limita-se a um breve conjunto de informações linhagísticas, referindo filiações e casamentos de forma meramente factual, sem adjetivações.

No *De rebus Hispanie* é possível encontrar duas referências a Afonso II, no quadro de informações sobre os reis portugueses. Na segunda, nada é dito sobre com quem foi casado¹⁰; na primeira, essa informação é fornecida: “Aldefonsum, qui ei successit in regno et habuit uxorem Vrracam, filiam regis Castelle nobilis Aldefonsi, et genuit ex ea filios,”¹¹. Também aqui se verifica o tom seco e factual da transmissão de informações genealógicas. Um pouco adiante, voltamos a encontrar mais uma menção ao rei português, que é convocado pelo sogro para um encontro, que não se realiza porque Alfonso VIII adoece no caminho e morre¹².

Passando às crónicas relacionadas com a matriz alfonsina, que são devedoras das crónicas latinas anteriores, já referidas, verifica-se que o panorama não se altera muito. O reinado de Alfonso VIII, no que aos elementos femininos da família real se refere, é marcado pelos elogios à rainha, Leonor de Inglaterra, e, sobretudo, à filha Berengária, mãe do futuro Fernando III de Castela e Leão. A respeito de Portugal e dos seus soberanos, impera o laconismo, quando não, a crítica. As duas versões da *Estoria de Espanna* redigidas sob a supervisão de Alfonso X, ou já não possuem testemunhos diretos conhecidos, ou já não contemplam este momento¹³. Assim, são a seguir considerados os dois testemunhos indiretos da primeira redação da *Estoria de Espanna* alfonsina, que reportam sensivelmente o mesmo que os textos anteriores.

Na “versão retoricamente amplificada de 1289”, ou “versão de Sancho IV”, no ponto em que se relata a história dos reis de Portugal, Afonso II é referi-

10 RODRIGO XIMENEZ DE RADA – *Historia de Rebus Hispanie sive Historia Gothica Roderici Ximenii de Rada*. Ed. Juan Fernández Valverde. Turnhout: Brepols, 1987, lv. VII: p. 228 – cap. VI.

11 RODRIGO XIMENEZ DE RADA – *Historia ...*, lv. VII, p. 226 – cap. V.

12 RODRIGO XIMENEZ DE RADA – *Historia ...*, lv. VIII, pp. 279-280 – cap. XV.

13 Não se conhecem testemunhos diretos da primeira redação da *Estoria de Espanna* relativos a esta última secção (história dos reis castelhanos até à conquista de Córdoba por Fernando III), só indiretos, via a “versão amplificada de 1289” e a *Crónica de Castela* (que serão os textos aqui considerados) – vd. FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés – “La transmisión textual de la «Estoria de España» y de las principales «Crónicas» de ella derivadas”. In *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*. Valladolid: Fundación Santander Central Hispano / Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, 2000, pp. 219-260 (p. 229). A última secção conhecida da “versão crítica” termina com o reinado de Fernando II - vd. FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés – “La transmisión textual...”, p 233.

do, mas sem que se diga com quem foi casado¹⁴. Depreende-se que uma filha de Alfonso VIII foi casada com o rei português porque este é referido como genro, nos momentos finais do rei castelhano: “uiniendo de tierra de moros, enuio por ell rey de Portugal su yerno, que querie auer sus uistas con ell et su fabla. Et seyendo de uenida pora Castiella, et queriendo uenir por Plazençia [...] enffermo de la fiebre aguda; et fue tan affincada aquella fiebre, et tanto se le affinco et tan a ora fue; que alli ouo a ffincar et finar della.”¹⁵.

Na *Crónica de Castela* (c.1300), Urraca é referida no capítulo dedicado à descendência de Alfonso VIII, onde simplesmente se indica que foi casada com o rei de Portugal (“e después a doña Hurraca, que fue casada con el rey don Alfonso de Portugal,”¹⁶). O rei de Portugal volta a ser mencionado no final deste livro, de forma mais agreste do que no *De Rebus Hispanie* e na versão de Sancho IV, uma vez que é aqui acusado de ter irritado o sogro, concorrendo assim para o seu falecimento:

Cuenta la estoria que el noble rey don Alfonso enbió sus cartas al rey de Portugal su yerrno, que viniese a Plazençia a verse con él. E él, yendo para las vistas que quería ordenar cómmo fuese sobre Gascoña, enfermó en vna aldea que llaman Martín Muñoz, que es de Aréualo, et estando muy quexado, confesóse e rescibió el cuerpo de Dios de mano del arçobispo don Rodrigo, e ordenó su fazienda estando y la reyna doña Leonor y su fija doña Berenguela, reyna de León, e su fijo don Enrrique, e sus nietos don Ferrando e don Alfonso, e el obispo don Tello de Palençia e don Domingo obispo de Áuila.

E estando allí el rrey muy quexado, enbióle mandado el rey de Portugal que non quería venir a vistas a Plazençia mas que verrnía a medianedo de amos los regnos. E quando esto oyó el rrey don Alfonso, tóuose por desdeñado del rey de Portugal, et ouo tan grant saña e grande yra e juntóse el pesar con la enfermedat e fue luego muerto.¹⁷

Estas crónicas incluem ainda um outro episódio relacionado com Portugal, ocorrido durante o reinado de Afonso II, mas sem fazer referência a intervenções, nem deste rei, nem da sua mulher. Trata-se de uma tentativa de casamento do rei Henrique I, irmão de Berengária e de Urraca, com Mafalda, irmã de Afonso II. A aliança teria como impulsionador Álvaro Nuñez de Lara

14 Para uma edição desta versão, recorremos a: *Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal; Reed. Diego Catalán. Madrid: Gredos, 1977, vol. II, pp. 652-653. Para a passagem em causa, cap. 972.

15 *Primera Crónica General de España*, vol. II, p. 707 – cap. 1024.

16 *Crónica de Castilla*. Ed. Patricia Rochwert-Zuili. Paris: SEMH-Sorbonne – CLEA, 2010, lv. VIII, cap. 8.

17 *Crónica de Castilla*, lv. VIII, cap. 25.

e é apresentada como uma estratégia deste conde para tomar vantagem sobre o rei de Castela, no quadro do seu antagonismo aos interesses de Berengária. De acordo com a crónica, o casamento não se realiza, Henrique I morre e é Berengária quem recebe a coroa de Castela, transmitindo-a ao seu filho Fernando, numa primeira fase, rei de Castela, seguidamente, rei de Castela e Leão¹⁸. Trata-se de um projeto de aliança matrimonial no qual Sá Nogueira considera que poderá ter havido alguma intervenção da rainha Urraca de Portugal¹⁹, detalhe omitido nestes testemunhos, provavelmente em virtude de estas crónicas procurarem salientar o antagonismo entre Berengária e o Conde Álvaro de Lara, apresentado aqui como o malévolo ideólogo e promotor deste casamento falhado.

Mesmo a versão portuguesa das crónicas afonsinas, a *Crónica de 1344*, na sua 2ª redação (finais do séc. XIV), alinha pelo mesmo diapasão das referências meramente linhagísticas, referindo a rainha Urraca laconicamente, em dois pontos do seu relato. Primeiro, no quadro do único e breve capítulo dedicado ao rei Afonso II: “Morto el rey dō Sancho, alçarom por rey dō Afonso, seu filho, [...]. E este casou com dona Orraca, filha del rey dō Affonso de Castella, o que venceo a batalha das Naves de Tollosa. E ouve della estes filhos.”²⁰. Seguidamente, Urraca volta a ser nomeada, na lista dos filhos de Afonso VIII: “E este rey dom Afonso ouve da raynha sua molher estes filhos que se seguẽ: [...] e dona Orraca que foi casada con el rey dom Afonso de Portugal;”²¹.

Já na passagem sobre a morte de Afonso VIII, a *Crónica de 1344* parece dar resposta às acusações da *Crónica de Castela*²², demonstrando a parcia-

18 *Primera Crónica General de España*, vol. II, pp. 710-711 – cap. 1026; *Crónica de Castilla*, lv. IX, cap. 4.

19 SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de – “Urraca de Castela...”, pp. 265-266. Sobre este acordo matrimonial, ver também VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, pp. 92-93.

20 *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Ed. Luís Filipe Lindley Cintra. Lisboa: INCM, 1951-1990, vol. IV, p. 238 – cap. DCCXVI.

21 *Crónica Geral de Espanha de 1344*. vol. IV, p. 316 – cap. DCCLVI.

22 Esta crónica é fonte da crónica portuguesa via a denominada *Tradução Galega*, que relata a situação nos mesmos termos que a crónica castelhana: “Et estando el rrey muy coyta-do, chegoulle mandado del rrey de Portugal como nõ queria vijr aas vistas a Palença, mays que verria ao comeyo d’ambos os rreynos. Et, el rrey dō Afonso teuesse por desdenado del rrey de Portugal. Et ouue muy grã pesar, et ajūtousse a saña cõna enfermidade et foy logo morto.” (*La Traduccion Gallega de la Cronica General y de la Cronica de Castilla*. Ed. Ramón Lorenzo.

lidade pró-portuguesa que a caracteriza. Com efeito, neste texto, a culpa do agravamento do estado de saúde e da subsequente morte de Alfonso VIII é atribuída aos intriguistas que conspiram contra o rei português, estimulando assim a ira do rei castelhano, seu sogro:

Conta a estoria que el rey dom Afonso mandara dizer per suas cartas a el rey de Portugal, seu genro, que veesse a suas cortes como era theudo, ca el rey dom Afonso querya fazer cortes pera em ellas aver conselho como fosse sobre Gasconha. E el hindo pera fazer as ditas cortes en Burgos, enfermou en hũa aldea que chaman Gilmus que he en termo d'Arrevol. E, el estando assi doente, disseronlhe algũus que, assi como el rey de Portugal o non quiserá hir ajudar aa batalha das Naves de Tollosa, que ben assy nõ querya viir a suas cortes. Mas el rey de Portugal non era en esto culpado, ca estando el de caminho con sua hoste pera o hir ajudar aa batalha das Naves de Tollosa, deulhe hũa enfermidade que o teve lōgo tempo, en tal guisa que, quando lhe mandarõ que fosse aas cortes, ainda non podya ben cavalgar, pero que o fezeron entender a el rey dom Afonso doutra guisa. E elle foy dello muy sanhudo e disse que, se o Deus daquella door guarecesse, que logo dereitamente hiria a Portugal e que tomaria a terra a seu genro e quanto avya.

E con este pesar acrecentouxelhe a enfermidade.²³

Já no que se refere ao projeto de casamento do rei Henrique I com Mafalda de Portugal, o relato é menos rebuscado do que nas crónicas castelhanas, mas a culpa mantém-se sobre o conde Álvaro de Lara, sendo o episódio situado igualmente no quadro do antagonismo entre este e a princesa Berengária²⁴.

Perante esta escassez, é normal que os historiadores atuais sintam dificuldades. No entanto, apesar da aridez das crónicas, a rainha esteve presente na vida económica e social do país, sendo referida na documentação oficial, juntamente com o marido²⁵. Terá também vivido e enfrentado diversos problemas e vários momentos de instabilidade que tiveram lugar durante o reinado de Afonso II, nomeadamente:

– as dissensões com elites, tanto do clero, como da nobreza, que dominavam o reino – caso dos conflitos com Martinho Rodrigues, bispo do Porto, que se opôs ao casamento de Urraca com Afonso; ou, posteriormente, das más relações com o arcebispo de Braga²⁶;

Orense: Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”, 1975, pp. 758-759 – cap. 517).

23 *Crónica Geral de Espanha de 1344*. vol. IV, pp. 340-341 – cap. DCCLXIX.

24 *Crónica Geral de Espanha de 1344*. vol. IV, pp. 346-347 – cap. DCCLXXIII.

25 VILAR, Hermínia V. – *D. Afonso II*, pp. 242-243.

26 O casamento do príncipe herdeiro de Portugal com uma princesa castelhana con-

– a necessidade de Afonso II se impor como soberano, dado o seu estado de saúde, uma vez que seria ou leproso, ou sofreria de uma doença que o incharia (origem do cognome “o Gordo”²⁷) e o impedia de atuar como guerreiro, tendo ainda dado origem a dúvidas sobre a sua capacidade para gerar um herdeiro, sendo que esta última questão terá sido dissipada após o casamento com Urraca, dado o nascimento de três filhos e uma filha;

– a problemática relação (e guerra civil) que o rei manteve com as suas irmãs Mafalda, Sancha e Teresa, e respetivos partidários, na sequência da execução do testamento de seu pai, Sancho I; ao que acresceu a guerra com Alfonso IX de Leão, ex-marido de Teresa²⁸.

Estas questões permitem considerar que Afonso II e Urraca poderão, efetivamente, ter sido um casal unido pelas adversidades²⁹. O casamento com Urraca trouxe a Afonso II uma dupla estabilidade, por um lado ao nível do fortalecimento linhagístico, uma vez que a rainha era filha do rei mais poderoso da Península, e, pelo outro lado, em termos da sua própria legitimação como rei. Com efeito, ainda que as suas incapacidades físicas o impedissem de ser um soberano guerreiro, o facto de ter gerado herdeiros terá mitigado um pouco as dúvidas que imperavam sobre as suas capacidades. Dado este contexto, torna-se plausível que tenham existido sentimentos de apreço e mesmo de gratidão do rei para com a sua esposa, o que poderá ter-se repercutido na composição escultórica do túmulo que terá sido o seu, e no qual se pode ver uma cena de lamentação, que foi interpretada como uma representação do rei e dos seus quatro filhos que choram a morte da mãe³⁰. Apesar

figurou uma aliança indesejada por muitos porque contrariava os interesses dos meios nobres e eclesiásticos portugueses, mais estreitamente relacionados com a Galiza e com Leão (sendo que este último reino, à época, estava em litígio com Castela) – BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006, pp. 158-159, 222, 234-236). Ver também FIGANIÈRE, Frederico – *Memorias ...*, p. 73; VILAR, Hermínia V. – *D. Afonso II*, pp. 43-44 e 236; OLIVEIRA, Ana – *Rainhas...*, pp. 101, 103; SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de – “Urraca de Castela...”, pp. 248, 253, 264.

27 VILAR, Hermínia V. – *D. Afonso II*, pp. 40-42; SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de – “Urraca de Castela...”, p. 255.

28 VILAR, Hermínia V. – *D. Afonso II*, pp. 85-113; BRANCO, Maria João V. – *D. Sancho I*, p. 254; SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de – “Urraca de Castela...”, pp. 256-257.

29 Como sugere SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de – “Urraca de Castela...”, p. 256.

30 Note-se que a questão da destinatária deste túmulo é um debate em aberto. SILVA, José Custódio Vieira da – *O Panteão Régio do Mosteiro do Alcobaça*. Lisboa: IPPAR, 2003, pp. 57-64 defende que se trata do túmulo de D. Beatriz de Gusmão, falecida em

de esta sepultura ter motivado debates quanto à pessoa a quem o túmulo se destinava (Urraca ou a sua nora, Beatriz, de Gusmão, mulher de Afonso III), os dois biógrafos mais recentes³¹ consideram que, tendo em conta descrições mais antigas e um conjunto de argumentos já apresentados por Manuel Real e Mário Barroca, o túmulo terá sido originalmente construído para a rainha Urraca. Oliveira sublinha ainda o tom familiar da escultura e o facto de transmitir expressões de afeto, tal como antes Mário Barroca considerara que “A Cena de Lamentação do túmulo de Alcobaça constitui o mais antigo e um dos raros «retratos» coevos da Família Real portuguesa para a Idade Média.”³²

A emotividade da representação que marca este túmulo parece pouco compatível com a aridez das fontes que temos vindo a referir. No entanto, existe uma história alternativa desta rainha, relatada na *Crónica dos Frades Menores*, um texto ignorado pelos biógrafos mais recentes de Urraca, talvez em virtude de se tratar de relatos onde impera o maravilhoso e o miraculoso. Ana Rodrigues de Oliveira, que dá ao seu texto o subtítulo de “a rainha cheia de virtudes” (ainda que não explicita a que virtudes se refere), alude à história lendária de Urraca, mas só para referir uma anedota tardia, reportada por Frei António Brandão, na *Monarchia Lusitana* (impressa em 1632) e que se refere à verificação de quem morreria primeiro, se ela, se o marido, e que se apresenta como um relato pouco abonatório para a rainha, uma vez que mostra D. Urraca a recorrer a um estratagema para tentar subtrair-se a morrer primeiro do que Afonso II.

Pelo contrário, os relatos que encontramos na *Crónica dos Frades Menores* são muito mais consentâneos com o perfil de uma rainha bondosa, e que pode deixar a família em dor, em consonância com o que vemos no túmulo de Alcobaça. A versão portuguesa desta crónica chegou até nós num códice do séc. XV, cópia de um exemplar mais antigo, realizada por Estêvão Eanes, em 1470 (o “Iluminado 94” da Biblioteca Nacional de Portugal)³³. Consiste numa

1304. Manuel Real e Mário Barroca, por seu turno, têm argumentado que o túmulo terá inicialmente sido construído para D. Urraca, falecida em 1220: BARROCA, Mário J. – “Cenas de passamento e lamentação na escultura funerária medieval portuguesa (séc. XII a XV)”. *Revista da Faculdade de Letras. História* 14 (1997), pp. 655-684 (sobre este túmulo: pp. 667-670).

31 OLIVEIRA, Ana – *Rainhas...*, pp. 106-108; SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de – “Urraca de Castela...”, pp. 274-275.

32 BARROCA, Mário J. – “Cenas de passamento e lamentação...”, p. 669.

33 *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*. Ed. José Joaquim Nunes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918. De acordo com o editor, “embora no manus-

tradução parcial da *Chronica XXIV generalium ordinis minorum*³⁴, possivelmente, como defendeu José António Souto Cabo, via um antígrafo galego perdido³⁵. O texto latino original da obra, cuja autoria é atribuída a fr. Arnaud de Sarrant é um dos textos fundacionais da ordem franciscana, cuja redação é datada, em grande parte, de antes de 1360, podendo estender-se até cerca de 1374. A obra compila e resume um conjunto de documentos anteriores, organizando-se com base no relato das biografias de S. Francisco, dos seus companheiros e de outras figuras proeminentes da Ordem³⁶. Apesar do seu

critico se ache exarada a data de 1470, isto é, um século quasi após a conclusão do original latino, da sua linguagem [...] ressalta claramente que a tradução deve ter sido feita bastantes anos antes e que portanto o texto que possuímos já não é o primitivo e sim cópia doutro mais antigo,” (Introd., p. XIV). Na p. XV, Nunes sugere ainda que a tradução será de finais do séc. XIV. Considera também que não se trata de uma tradução direta do latim, mas via outra língua, eventualmente o castelhano (Introd., p. XVI).

34 *Chronica XXIV Generalium Ordinis Fratrum Minorum*. Quaracchi: ex typographia Collegii S. Bonaventurae, 1897 (*Analecta Franciscana* tomo III), com a seguinte tradução para o inglês: ARNALD OF SARRANT– *Chronicle of the Twenty-Four Generals of the Order of Friars Minor [1367-1374]*. Trad. Ingl. Noel Muscat, OFM. Malta: TAU Franciscan Communications, 2010. A *Chronica XXIV generalium* abarca um período temporal que vai do início da Ordem, até Leonardo Giffoni, Ministro Geral entre 1373 e 1378. A tradução portuguesa só vai até 1285. A Segundo Nunes (*Crónica da Ordem dos Frades Menores* – Introd. de NUNES, p. XV), o facto de se tratar de uma cópia parcial poderá dever-se, ou à perda do texto em falta, ou a uma interrupção da tradução. Para mais informações sobre a receção desta crónica na Península Ibérica, veja-se a bibliografia recolhida na BITAGAP – texid 19604 e texid 1061.

35 SOUTO CABO, J.A., “A Crónica dos ministros gerais da Ordem dos Fraires Menores (BN 94 IL) e o seu antígrafo galego”. In RODRÍGUEZ GUERRA, A. (ed.), *Lingüística Histórica e Dialectoloxía: coordenadas do cambio lingüístico*. Vigo: Universidade de Vigo – Servizo de Publicacións, 2016, pp. 273-298. Neste artigo, o autor revê várias considerações de J.J. Nunes na introdução da sua edição da obra, nomeadamente no que se refere ao arcaísmo da língua; à ação das duas pessoas identificadas no testemunho português (frei António da Ribeira, galego, que mandou escrever a obra e Estevão Eanes, filho de João Estevão, encarregado de a escrever); e ao texto que terá estado na base da tradução. Souto Cabo considera que o testemunho português não será uma tradução direta da versão latina inicial (de c. 1375), a qual terá sido traduzida para castelhano e, seguidamente, para o galego (em 1465), concluindo que “parece lógico pensar que o manuscrito elaborado naquele ano –talvez por encomenda de António da Ribeira– e transferido para Portugal em 1466 não era, do ponto de vista material, a primeira versão em galego-português, mas apenas cópia de uma preexistente, que lhe antecedia pouco tempo.” (p. 293).

36 Uma lista dos textos que terão servido de fonte e foram integrados na *Chronica*

sucesso ser inferior ao das *Fioretti*, trata-se de uma obra que também obteve uma ampla difusão³⁷.

Nesta obra, a rainha Urraca, não só é referida, como tem um papel destacado na aceitação e instalação da ordem franciscana em Portugal, ainda em momento anterior ao do seu reconhecimento pela cúria romana:

Os quaes fraires, quando vierom ao regno de Purtugall, vemdo-os os poboos veestidos de avito de forma singular, estranhos por lingua, temendo que fossem hereges, receberam-nos de maamente e em nehũa maneira nom nos comsentirom que morassem antre elles, por a quall cousa os fraires chegaram a dona Orraca, rainha de Purtugall pia-dosa e homildosa e devota, e, contando-lhe seus trabalhos, suplicarom-lhe que lhes quisesse prover de remediio comvinhavel. E ella, examinando logo deligentemente o estado deles e a emtençam e a causa por que vinham e conheçendo serem servos de Deus, gançou del-rey dom Afomsso, seu marido, que em Lixboa e em Marones [Guimarães] podessem aver dous lugares em nos quaaes os fraires servos do Senhor fossem criados da dita rainha asy como de madre.³⁸

Temos aqui o retrato típico da rainha bondosa e piedosa, capaz de intuir a bondade dos frades e de influenciar o marido em prol da nova ordem, que apoia. De acordo com o relato da *Crónica dos Frades Menores*, D. Sancha, cunhada da rainha, também recebeu os frades em Alenquer, onde morava, tendo este apoio subsequentemente dado origem a mais um convento. A ligação entre os frades franciscanos e a família real portuguesa não se fica por aqui. No episódio dos cinco mártires de Marrocos, é D. Pedro, irmão do rei português quem protege os frades dos muçulmanos e, posteriormente, traz os seus corpos santos para o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra³⁹. Finalmente, quando são relatados os milagres de Santo António, por duas vezes se refere a cura de Aldonça (Dulce), filha de D. Teresa⁴⁰, igualmente irmã de Afonso II,

XXIV *generalium* encontra-se na introdução da edição de J.J. Nunes à *Crónica da Ordem dos Frades Menores*, p. XVII. Não são aqui indicadas fontes que poderão ter tido uma origem portuguesa, mas é mencionada a atenção dada a relatos orais.

37 “É de presumir que, dado o assunto da obra, ela se espalhasse logo por todos os conventos da Ordem e não tardasse a ser posta em vulgar, para assim se tornar mais conhecida e proveitosa; foi o que naturalmente sucedeu em Portugal.” (*Crónica da Ordem dos Frades Menores* – Introd. de NUNES, p. XIV).

38 *Crónica da Ordem dos Frades Menores...*, pp. 15-16.

39 *Crónica da Ordem dos Frades Menores...*, pp. 26-33.

40 D. Teresa (Coimbra, 1176-Lorvão, 1250) foi esposa de Afonso IX de Leão e, posteriormente, monja no mosteiro de Lorvão, tendo sido beatificada em 1705.

e rainha de Leão⁴¹. Sobressai desta ligação, bastante estreita, o pouco protagonismo do rei, que se limita a ser influenciado pela esposa. Podemos ainda notar o destaque que é dado a personagens que terão tido atritos com Afonso II: o seu irmão Pedro, que saiu no reino na sequência da subida do irmão ao trono, e as irmãs, com quem manteve longos litígios. A figura da rainha Urraca destaca-se aqui como um elemento mediador, entre o rei, com quem consegue dialogar, os frades e os restantes elementos da família real que também apoiaram a nova ordem. Neste sentido, o retrato que dela é fornecido é manifestamente positivo, nas suas ações e, consequentemente, abençoado com graças.

Um pouco adiante, no início do episódio dos cinco mártires de Marrocos, vemos a Rainha Urraca ser ainda mais engrandecida, pois é agraciada com revelações e profecias divinas:

E os fraires obidientes foram-se e chegaram a Portugal aa çidade de Coimbra. Em na qual çidade estava dona Orraca, rainha de Purtugal, e ouvindo delles dizer, mamdous chamar ante sy e, fallando com elles das cousas de Deus, veemdo em elles tanto menos preçamento do mundo e tanto fervor de samtidade de morrer por amor de Jesu Christo, creendo em seu coração delles serem muito perfeitos servos de Deus, rogou-lhes que aguçosamente orassem e demandassem ao Senhor que lhes revelasse o termino de sua vida. E como elles omildosamente se escusassem, dizendo que, como fossem pecadores, nom eram dignos que o Senhor revelasse a elles os seus secretos, a rrainha aficadamente e com lagrimas lhes rogou que fizessem oraçom a Deus por ello, e elles, vemdo que os aficava muito, prometerom-lhe de o fazer. E orando elles todos, alomeados por reposta do çeeo, revelamdo aa rrainha as cousas que eram por vñir, disserom-lhe: Senhora nom vos despraza o que Deus misericordiosamente ha determinado. Elle vos envia dizer por nós que, depois de pouco tempo, vos levará daquesta vida ante que a vosso senhor Rey. E sem duvida o sinall do acreçemtamento de vossa morte será aqueste: sabede çertamente que nós em breve seremos mortos por a fe de Jesu Christo, por o qual nos alegamos muyto, porque o Senhor nos quer poer no conto dos seus marteres. E, quamdo nós em Marocos acabarmos os nossos dias, os cristaãos trazerom os nossos corpos a aquesta çidade, onde serom emterrados, e vós com este poboo saireedes homrradamente. E, quando estas cousas virdes, sabede que entom verdadeiramente se compriróm aas cousas que vos dizemos.⁴²

No título deste capítulo, D. Urraca é qualificada como como “Rainha de

41 *Crónica da Ordem dos Frades Menores...*, pp. 267 e 271.

42 *Crónica da Ordem dos Frades Menores...*, pp. 23-24.

Purtugal samta molher”⁴³, um louvor que é sustentado por duas vias. Por um lado, o facto de lhe ter sido permitido aceder a conhecimentos quanto ao momento da sua morte (o que é um mistério divino para os mortais comuns) eleva-a a uma condição superior, sublinhando assim o seu estatuto de eleição perante a divindade. Pelo outro lado, a associação do seu falecimento ao dos mártires de Marrocos, promove uma estreita ligação entre a rainha e estes frades, como uma unidade santa.

A terceira e última vez que a rainha Urraca é referida na *Crónica dos Frades Menores* refere-se à concretização da profecia e, mais uma vez, ao sublinhar da sua honra, agora com a dignidade acrescida de um milagre que consiste no aparecimento de uma procissão de frades, com são Francisco à cabeça, e os cinco mártires de Marrocos em destaque, que anuncia o falecimento da rainha:

E, andamdo suas jornadas, chegarom aqerca de Coinbra donde ja era sabida a fama dos samtos e Dona Orraca, Rainha de Purtugall suso dita, com todo o poboo saïrom ao caminho a rezeber as samtas relliquias e trouxerom-nas com grande devaçam e solle-nidade ao moesteiro de Samta Cruz de Coinbra, e hy omrradamente as colocarom.⁴⁴

E porque a profecia suso dita dos samtos marteres fosse comprida, a sobredita dona Oraqua, rainha de Purtugall, aqerca de pouco tempo do emterramento dos samtos marteres, comprida de vertudes, passou daquesta vida. E, em essa mesma ora, dom Pedro Nunez, canonico do dito moesteiro de santa Cruz e confessor da sobredita rainha, claro em santidade, vyo fraïres menores sem comto viïr ao coro, antre os quaaes era huum que preçedia com gramde solenidade, e depois outros çinquo com homrra singullar que tinham excellencia antre os outros. E emtrarom todos ao coro em preçiçom e cantarom as matinas com mellodia e camto que sse nom poderia dizer. E aquelle dom Pedro canónico, seendo todo espamtado, preguntou a huum delles que ou a que ou por quall lugar e tal ora tantos fraïrees aviam entrado, como todas as portas do moesteiro estevessem çarradas. O quall lhe respondeo: Todos nós outros quantos aquy vees fomoos fraïrees menores e agora gloriossos reinamos com Jesu Christo, e aquelle que vees estar com tanta ponpa he sam Framçisquo o quall tamto desejaste veer em aquesta vida, e aquelles outros çinquo frades que teem exçelemçia sobre os outros som os fraïrees que foram mortos por amor de Jesu Christo em Marocos e estam emtarra-dos em este moesteiro. E sabe que dona Orraqua passou daquesta vida e, porque de todo coração amou a nossa hordem, o Senhor Jesu Christo envio acá a todos nós outros, que por homrra della dissessemos aquy solenemente os matiins, e porque tu eras confessor della, o Senhor quys que tu visees estas coussas. E nom dovides da morte da

43 *Crónica da Ordem dos Frades Menores...*, p. 23.

44 *Crónica da Ordem dos Frades Menores...*, p. 34.

rainha, que, logo como nos partirmos, ouvirás novas çertas daquesto. E emtam aquella preçisom, çarradas as portas, sayo-se do moesteiro. E logo alguuns da companhia da rainha chegarom a porta e denunçiarom aaquelle canonico a rainha aver já pagado a divida da morte.⁴⁵

Este milagre corresponde a um *topos* relativamente comum em textos hagiográficos e cronísticos, habitualmente usado para assinalar uma pessoa de exceção. Neste sentido, reencontramos aqui o sublinhar da importância da rainha como pessoa destacada e merecedora de um favor divino particular.

Sendo a rainha Urraca uma figura ibérica, poderíamos ser tentados a pensar que estes episódios tivessem sido introduzidos ou engrandecidos na tradução portuguesa. No entanto, e tal como refere José Joaquim Nunes a respeito desta tradução: “não pode contestar-se que foi bastante fiel ao arquétipo o indivíduo que o trasladou, porquanto só excepcionalmente acomodou ao modo de dizer do seu tempo uma ou outra forma.”⁴⁶ Com efeito, as passagens em apreço já constam no original latino. Assim, apesar de provavelmente terem existido testemunhos autóctones sobre as relações entre os primeiros franciscanos e a casa real portuguesa, como defende Isabel Rosa Dias⁴⁷, o tradutor da *Crónica da Ordem dos Frades Menores*, ou não os conheceu, ou optou por não os usar, seguindo de perto a fonte a que teve acesso e que, por sua vez, terá sido fiel à versão latina.

A autoria da *Chronica XXIV Generalium* é atribuída ao frade franciscano Arnaud, natural de Sarrant, no sudoeste de França, que foi ministro da província da Aquitânia (c. 1361-1383), tendo sido enviado a Castela, em 1373, pelo Papa Gregório XI, no quadro do movimento reformador da ordem⁴⁸. Terá redigido a *Chronica* antes da sua vinda para a Península ou até muito

45 *Crónica da Ordem dos Frades Menores...*, pp. 35-36.

46 *Crónica da Ordem dos Frades Menores* – Introd. de NUNES, p. xix.

47 Vd. os artigos de Isabel Rosa Dias sobre a lenda dos mártires de Marrocos: DIAS, Isabel Rosa – “La légende des cinq martyrs franciscains du Maroc dans son contexte portugais”, *Franciscana* XI (2009), pp. 1-25 e DIAS, Isabel Rosa – “D. Pedro Sanches e a lenda dos cinco mártires de Marrocos”. In SILVA, C.G. (coord.), *O Imaginário medieval*. Lisboa: Colibri, 2014, pp. 123-131. Nestes artigos, são identificados diversos testemunhos desta lenda, em textos hagiográficos e cronísticos, portugueses e estrangeiros. A autora verifica ainda que os testemunhos portugueses recorrem, na sua maior parte, ao texto da *Chronica* de Arnaud de Sarrant. Porém, também identifica a existência de outras fontes, de origem portuguesa (DIAS, Isabel Rosa – “La légende...”, pp. 16-17 e 19).

48 ARNALD OF SARRANT– *Chronicle of the Twenty-Four Generals...* – Introd. MUSCAT, p. 7-8.

pouco depois (a datação mais tardia que tem sido proposta é de 1374). Não obstante, considerando a proximidade geográfica entre a província da Aquitânia e a Península Ibérica, a comunicação entre as duas regiões terá certamente sido frequente, apesar da barreira que os Pirenéus imporiam. Em todo o caso, é peculiar constatar que a memória mais detalhada e mais positiva da rainha ibérica que aqui nos ocupa se implante neste território via um texto produzido por um autor ultramontano. Este facto levanta duas questões: qual poderá ter sido a fonte das informações que veicula? E por que razão terá sido dado tanto destaque a esta rainha tão ignorada nas crónicas dos seus reinos?

Poderá Arnaud de Sarrant ter conhecido fontes portuguesas escritas? Isabel Rosa Dias advoga convincentemente a sua existência, já no séc. XIII⁴⁹. O conhecimento destas fontes não é impossível, uma vez que a *Chronica* é uma obra que se afasta das fontes da historiografia “oficial” dos reinos, centrada nos feitos dos diferentes soberanos, para se focar nos relatos e testemunhos relativos à ordem mendicante e aos seus elementos mais significativos. Do mesmo modo, não podemos descartar a possibilidade de terem sido integrados relatos orais reportados por frades franciscanos⁵⁰. Menos provável, ainda que não impossível, será a eventual influência de memórias laicas, no quadro das relações existentes entre a nobreza e a ordem mendicante, e tendo em conta o facto de vários elementos da família real portuguesa terem assumido lugares de destaque no contexto francês e flamengo da época⁵¹.

49 Com base no testemunho dos dois manuscritos da designada *Crónica de 1419*, Isabel Rosa Dias considera “qu’au XIIIe siècle, au Portugal, circulèrent au moins deux versions de l’histoire des martyrs du Maroc: celle de l’infant Pedro et celle de l’évêque de Lisbonne.” (DIAS, Isabel Rosa – “La légende...”, p. 20). A autora considera que o texto transmitido pelo ms. da casa Cadaval da *Crónica de 1419* combina um relato mais antigo, encomendado por Mateus, bispo de Lisboa (do qual poderia haver uma cópia em Santa Cruz de Coimbra), com a *Chronica XXIV generalium* (p.17). Sobre o ms. da BPMP, curiosamente, oriundo do mosteiro de Santa-Cruz de Coimbra, é dito que reduz muito e desloca a história dos mártires para anexo, porém, ainda inclui informações oriundas de fontes portuguesas (p. 18-19).

50 Vd. nota nº 36.

51 Nomeadamente a rainha Branca de França (1188-1252), mulher de Luís VIII e mãe de Luís IX de França, era irmã de Urraca. Matilde, condessa da Flandres e duquesa da Borgonha, tia de Afonso II, foi uma figura com projeção europeia que protegeu o seu sobrinho Fernando, que, tal como Pedro (elemento destacado na lenda dos Mártires de Marrocos) era irmão do rei português. Finalmente, um dos filhos de Urraca e de Afonso II, D. Afonso, viveu em França, tendo sido conde de Bolonha (pelo casamento com Matilde II, condessa de Bolonha) antes de ser rei de Portugal. Sobre a dimensão europeia (com destaque para

Mais complexo é refletir sobre os eventuais motivos que terão levado Arnaud de Sarrant a dar destaque a uma rainha amplamente ignorada pelas crónicas do seu reino... sobretudo porque a questão, provavelmente, deverá ser colocada ao contrário, ou seja: o que terá levado as crónicas ibéricas, nomeadamente as portuguesas, a praticamente ignorar esta rainha? Em especial aquelas redigidas em data posterior à *Chronica XXIV Generalium* e, supostamente, com conhecimento dela, dada a sua rápida difusão.

A *Crónica de 1419* refere-se com algum detalhe à lenda dos Mártires de Marrocos, tornando-se assim bastante importante para a ponderação destas questões. De acordo com Isabel Rosa Dias⁵², os dois testemunhos desta obra, bem como Rui de Pina, terão tido conhecimento, tanto de fontes portuguesas, como da *Chronica XXIV Generalium*. No entanto, quando se procura a presença da rainha Urraca na *Crónica de Portugal de 1419* (na ed. de Calado)⁵³, vemos que se mantém o registo anterior... dos poucos capítulos dedicados ao reinado de Afonso II (cap. 56 a 65), temos um primeiro que faz apreciações gerais sobre o rei, refere o seu casamento com Urraca e os filhos que tiveram (pp. 104-105 – cap. 56), acrescentando as linhas finais do cap. 65 que referem a morte do rei e o seu enterramento (p. 119). Entre estes dois pontos, o cap. 57 narra as aventuras do infante D. Afonso por terras de França; os cap. 58 a 60 apresentam a conquista de Alcácer, com base no *Carmen Gosuini*⁵⁴; e os cap. 62 a 65 referem a lenda dos mártires de Marrocos. No entanto, nestas passagens, nem uma referência a D. Urraca. O relato circunscreve-se aos acontecimentos em que é o Infante D. Pedro, irmão de Afonso II, quem surge como o protagonista do apoio português aos frades franciscanos. Antes de cada um destes dois grandes blocos, é referida a ausência de informações quanto à ação do rei:

Segundo avemos dito d. ante desto, seu padre dom Afonso reynou pouquos anos, qua

a França) das alianças matrimoniais dos filhos e filhas dos primeiros reis de Portugal, vd. VILAR, Hermínia V. – *D. Afonso II*, pp. 10-20; BRANCO, Maria João V. – *D. Sancho I*, pp. 148-149.

52 DIAS, Isabel Rosa – “La légende...”, pp. 15-21.

53 *Crónica de Portugal de 1419*. Ed. Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade, 1998. Esta edição crítica adotou, como texto base, o manuscrito mais antigo, da Casa Cadaval (Introd., p. XXXIII). Sobre as versões da história dos Mártires de Marrocos que os testemunhos desta crónica transmitem, vd. nota nº 49.

54 Vd. MOREIRA, Filipe Alves – *A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade*. Lisboa: FCG | FCT, 2013, pp. 223-237.

nom foram mais de doze e nom achamos do tempo de seu reynado cousas que de contar sejam, salvo que em alguns livros é esprito que este rey ganhou Alcaçer aos mouros e nom diz mais nem aquilo em que jaz, a estoria como foy tomado e per que guisa não o nomea nem faz deloo mençom,⁵⁵

E porque, depois da tomada deste lugar ate morte deste rey dom Afonso, que passaram seis anos, nom achamos cousa que ele nem outrem fizesse no regno que de contar seja, salvo que em tempo deste rey o iffante dom Pedro, seu irmão, filho del.rey dom Sancho, trouve de Maroquos pera Coimbra os çimquo marteres da Ordem de Sam Francisco⁵⁶.

Tendo havido conhecimento da *Chronica XXIV Generalium*, parece-nos evidente que estamos perante o silenciamento de um reinado. Os cronistas reais queixam-se da falta de fontes, porém, tendo-as, omitem as referências à família real que aí se encontram. Acrescem indícios de branqueamento da história, nomeadamente no que se refere às más relações entre o rei Afonso II e o seu irmão Pedro Sanches, sendo dito a respeito deste último que “nom achamos esprito em nêhum lugar qual foy a rezão por que este iffante dom Pedro sayo fora do regno e se foy a terra de mouros, senão que entendemos que foy a ver mundo e busquar sua vida.”⁵⁷.

Se considerarmos o outro testemunho da *Crónica de 1419*, editado por Magalhães Basto⁵⁸, não encontramos, no corpo do texto, a lenda dos Mártires de Marrocos. Só registamos uma referência a Urraca, e errada, atribuindo-lhe 15 filhos (p. 167). No entanto, a seguir à crónica, o códice inclui outras peças soltas, escritas com a mesma letra, entre as quais uma memória sobre os cinco Mártires de Marrocos. Este texto inclui dois episódios que se referem à rainha Urraca e que também constam na *Chronica XXIV Generalium*: o encontro com os frades, a quem a rainha pede informações sobre o momento da morte, e o milagre da aparição ao confessor. Não consta, nem a referência inicial aos primeiros franciscanos que chegam a Portugal, nem, no final, o episódio da viagem dos reis ao encontro da comitiva que trazia as relíquias dos Mártires. No capítulo que se refere ao cumprimento da profecia, só se diz que “Quando a rainha e todo o pouo e clerezia de Coimbra souberaõ ã o sôr

55 *Crónica de Portugal de 1419*, p. 106 – cap. 57.

56 *Crónica de Portugal de 1419*, p. 113 – cap. 62

57 *Crónica de Portugal de 1419*, p. 113 – cap. 63.

58 *Crónica de Cinco Reis de Portugal*. Ed. A. de Magalhães Basto. Porto, Civilização, 1945 (edição diplomática do texto do ms. da Biblioteca Pública Municipal do Porto, cod. 886; ant. 36 do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra).

Iff^{te} vinha de Marrochos e trazia taes reliquias e tam nobres [...] foraõ muj alegres [...]”⁵⁹. Independentemente de a maior parte dos acontecimentos relatados coincidirem com os da crónica latina, alguns detalhes e o modo como são expressos sugere, efetivamente, o recurso a outras fontes⁶⁰. Numa destas passagens, no primeiro episódio, acresce uma curiosa confusão, entre Urraca e a sua cunhada Teresa (de acordo com o editor, uma mão diferente emendou à margem, Teresa por Urraca):

chegaraõ ao reino de portugal aa cidade de Coimbra em a qual estaua a rainha D. Tareja rainha que era de portugal e ouuio delles contar que de nouo vieraõ cinco homens que nunca semelhantes viraõ e a R^a. os mandou muj azinha chamar perante sj e foi muj maravilhada de taes homens que semelhantes nunca vira em Portugal nẽ de taes habitos⁶¹

A confusão torna-se curiosa porque nos deixa a pensar se o protagonismo, na fonte perdida, seria dado à Infanta Teresa... a ser assim, por um lado, haveria uma maior articulação com os dois milagres anteriormente referidos, relativos à cura de uma sua filha. Pelo outro lado, tratar-se-ia, efetivamente, de um texto de exaltação dos opositores a Afonso II, o que iria ao encontro da sugestão de Isabel Rosa Dias, quando especula que o desaparecimento do texto sobre os mártires de Marrocos encomendado pelo bispo Mateus, provavelmente à guarda do mosteiro de Santa Cruz, poderá estar relacionado com os conflitos que se verificaram entre o rei Afonso II (com poder sobre o mosteiro) e o seu irmão Pedro Sanches (figura destacada no relato)⁶². Finalmente, o testemunho da BPMP da *Crónica de 1419* também nos sugere a existência de um estágio intermédio em que o relato sobre os Mártires de Marrocos ainda não tinha sido integrado nas crónicas do reino, como sucederá a seguir, mas já a elas era associado.

A instabilidade do período em que Urraca foi rainha de Portugal é inegável. O rei apresentava-se incapaz de assumir funções guerreiras, tendo ainda ins-

59 *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, p. 242.

60 Por exemplo, no episódio do milagre temos o seguinte detalhe: “a m^a noite vejo pa tanger aas matjnas e vio o choro com muj grande resplãdeçimento que lhe parecia verdadeiramente que era hũa cousa celestial e vio as cadeiras todas as de cima e do fundo cheas de frades de s. francisquo e foi mujto espantado porq̃ as portas eraõ fechadas e as chaues em sua maõ” (*Crónica de Cinco Reis de Portugal*, pp. 242-243).

61 *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, pp. 230-231.

62 DIAS, Isabel Rosa – “La légende...”, p. 13.

pirado conflitos em múltiplas frentes, seja com o clero, seja com a nobreza, seja com as irmãs e os irmãos, seja com o reino vizinho. Tanto a sua debilidade física (indigna de um rei e que terá implicado a ausência de momentos de glória por si protagonizados), como o seu caráter difícil e o consequente ressentimento daqueles que com ele tiveram divergências poderão ter constituído motivos para o negligenciar da sua memória. Assim, o que as crónicas ecoam é um vazio polvilhado de acusações, algumas explícitas, outras veladas⁶³. Neste contexto, o desinteresse pela rainha deverá ter sido um efeito colateral. O facto de ela ter trazido prestígio linhagístico, de ter gerado herdeiros, de ter protegido os primeiros mendicantes que chegaram a Portugal, de ter podido ser uma mediadora entre o rei e os interesses dos seus familiares e das outras forças do reino, tudo terá sido esquecido pelos registos cronísticos centrados nos feitos dos soberanos. Melhor sorte teve a memória da sua irmã Branca, em França, que, apesar de ser igualmente preterida nas crónicas castelhanas (que se centram no enaltecimento extremo de Berengária, irmã de ambas), não deixou de ter a sua ação registada em maior detalhe, especialmente quando foi regente, durante a menoridade de Luís IX⁶⁴. Quanto a Arnaud de Sarrant, por seu lado, a atenção que dedica a Urraca decorre certamente do facto de a sua obra se afastar das fontes cronísticas oficiais, recolhendo relatos muito específicos relacionados, num primeiro momento, com a diáspora franciscana e o seu acolhimento em diferentes regiões. O seu afastamento dos problemas à época vividos no reino português terá permitido uma receção de relatos não filtrados politicamente, mas engrandecidos de maravilhoso cristão. Neste caso, podemos sugerir o estabelecimento de uma relação de engrandecimento mútuo, uma estratégia textual bastante recorrente na épo-

63 Veja-se a reiteração da frase “Huic successit filius Aldefonsus in principio christianissimus, in fine sue deditus uoluntati.” (RODRIGO XIMENEZ DE RADA – *Historia de Rebus...*, p. 228 – lv. VII, cap. VI); “Este rey don Alffonsso en su comienço fue muy buen cristiano, mas en su fin fue fecho mucho a su uoluntad;” (*Primera Crónica General de España*, vol. II, pp. 652-653 – cap. 972); “e este [D. Afonso II] foy muy boo cristão logo no começo, mas despois nō foy tam boo.” (*Crónica Geral de Espanha de 1344*. vol. IV, p. 238 – cap. DCCXVI).

64 Vd. *Les Grandes Chroniques de France*. Ed. Jules Viard, Paris: Champion, tomo 6, 1930; tomo 7, 1932. Nesta obra, a rainha Branca é primeiro referida brevemente, sendo caracterizada do ponto de vista linhagístico e dos benefícios que o casamento com ela trazia (Tomo 6, pp. 256, 375), a seguir ganha destaque, nomeadamente como boa mãe, boa educadora e apoiante do governo do seu filho S. Louis, dela se dizendo que “mout estoit sage” (Tomo 7, p. 45).

ca: quanto mais nobres e exemplares forem as personalidades que acolhem e reconhecem a nova ordem, tanto mais esta é honrada e dignificada.

A atitude das crónicas régias portuguesas sobre D. Urraca só se altera com Rui de Pina (1440-1522). Também neste caso, o texto dedicado a Afonso II é dos mais breves, ocupando uns meros 16 capítulos, porém, a rainha já é aqui destacada em termos semelhantes à *Chronica XXIV Generalium* e à *Crónica dos Frades Menores*, verificando-se também alguns detalhes que aproximam este texto do testemunho da *Crónica de 1419* da BPMP (ou da fonte desta), acrescentando ainda algumas novidades. Por um lado, os comentários à linhagem da rainha são amplificados, o que se articula com o prestígio que tal casamento traria à casa real portuguesa⁶⁵. Por outro lado, é criticada uma história que seria corrente, sobre a recusa de Urraca como consorte do rei Luís IX de França, que teria preferido a sua irmã Branca, por ter um nome mais agradável aos ouvidos franceses⁶⁶. A crónica também menciona a ausência de informações sobre o reinado de Afonso II (pp. 50, 99, 111), porém, já regista as suas desavenças com as irmãs, na sequência da execução do testamento do seu pai, e as guerras com Leão (cap. 2 e 3). Não obstante, defende a imagem do rei português, procurando justificar a sua ausência da batalha das Navas de Tolosa e eventuais culpas no agravamento do estado de saúde do seu sogro⁶⁷. À semelhança da *Crónica de 1419*, Rui de Pina dedica um conjun-

65 PINA, Rui de – “Crónica de D. Afonso II”. In *Crónicas*. Ed. M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, pp. 83-84 - cap. I.

66 “E nom dou muita fêe, nem authoridade aho que destas Rainhas Dona Orraqua de Portugal, e Dona Branca de França vulgarmente se diz, e alguns escreveram, que os Embayxadores delRey de França, e delRey de Portugal, que juntamente vieram ha Castella ha requerer cazamentos destas Rainhas filhas delRey Dom Affonso, que hos de França quizerão antes ha Dona Branca, posto que era mais moça, e de menos estima, e leyxáram ha Portugal Dona Orraqua por ser nome feo, para França, porque isto tem duas grandes contradições, ha primeyra que a Rainha Dona Branca nom era ha mais moça, mas ha mais velha [e argumenta com a questão das pretensões de França ao trono de Castela] e ha segunda contradiçam he que este nome Dona Orraqua era nome ha Rainhas muy costumado, e de muita estima, e tal de que se muitas honraram, [e fornece exemplo de outras Urracas].” (PINA, Rui de – “Crónica de D. Afonso II”, pp. 84-85 - cap. I).

67 “e outras muitas nobres gentes de toda Christandade vieram ha esta batalha em pessoas à qual nom se acha, que fosse em pessoa este Rey Dom Affonso de Portugal, mas que enviou gentes suas, e ha cauza delle nom hir em pessoa, diz, que foy porque neste proprio anno começou de Reynar em Portugal, e assi por boliços, e desassoceguos que dantre elle, e suas irmãs se moveram, como aho diante se dirá. [...] e no anno seguinte têdo Cortes em Burgos, se diz que mandou ha ellas chamar ha este Rey de Portugal seu genro,

to alargado de capítulos à conquista de Alcácer do Sal (cap. 5-8) e à questão dos cinco mártires de Marrocos (cap. 10-15). Neste último bloco, para além dos episódios que apresentam as ações do Infante D. Pedro, também são incluídas as passagens que se referem à rainha, nomeadamente, por um lado, quando os frades primeiro passam por Coimbra e são reveladas a D. Urraca informações sobre o futuro e o seu próprio falecimento (pp. 100-101) e, pelo outro lado, o episódio da sua morte e o subsequente milagre da procissão extraordinária de frades menores que anunciam o sucedido ao confessor da rainha (pp. 109-110).

Já com Frei António Brandão, no IV volume da *Monarchia Lusitana* (impresso em 1632, ou seja, em plena monarquia dual), voltamos a ver o papel da rainha Urraca diminuído, apesar de nesta obra se referir como fonte uma “Chronica de S. Francisco” (fl. 67v). O texto procura falar um pouco mais sobre a vida e obra de Afonso II, tratando-o com alguma benevolência⁶⁸. Recorre a documentação diversa, mas ainda mantém os lamentos sobre a escassez de informações. No que se refere à rainha, quando é feita referência à instalação das ordens mendicantes em Portugal, os Franciscanos são naturalmente referidos, mas o papel da rainha na sua receção é comentado laconicamente: “A Rainha Dona Vrraca que era hũa virtuosa senhora os mandou agasalhar cõ muita charidade, & tratou com elles algũas cousas tocantes ao bẽ de sua alma.”⁶⁹. Por outro lado, no final da história dos cinco mártires de Marrocos, é feita a ligação ao falecimento da rainha Urraca, porém de forma bastante disfórica:

tendo alcansado a Rainha Dona Vrraca dos mesmos Sãtos em vida, que o primeiro que

às quaes elle nom quiz hir, e elle anojado desso, detreminou fazerlhe guerra, e tomarlhe hos Reynos se podesse, e que com este fundamento indo para Prazença adoeceo no termo de Revaldo em huma Aldea, que se diz Martim Manhos, e ahy faleceo, [...] e outros dizem que vinha para se ver no estremo de Portugal com seu genro para ho aconselhar em suas cousas, e debates em que andava, com suas irmãas, e que todavia faleceo no dito lugar,” (PINA, Rui de – “Crónica de D. Afonso II”, p. 86).

68 Frei António Brandão elogia as capacidades de Afonso II como legislador, ainda que não deixe de comentar as suas dissensões com as irmãs e com vários elementos da Igreja. Defende que, apesar de não ter sido ele a realizá-las diretamente, muitas coisas foram feitas durante o seu reinado (BRANDÃO, Fr. António – *Monarquia Lusitana*, IV, fl. 96v); refere ainda que o rei tentou participar na defesa de Serpa e Moura mas, como era muito gordo, não conseguiu aguentar a refrega... e (fl. 97r).

69 BRANDÃO, Fr. António – *Monarquia Lusitana*, IV, fl. 102r.

visse suas Reliquias quando fossem trazidas a Coimbra della, ou de seu marido auia de morrer. A Rainha posto que virtosa deu traças pera ã elRei se encontrasse primeiro com ellas, tanto he o desejo que tem de morrer ainda as pessoas mais aprouadas na vida. Mas como os decretos do Ceo vem ordinariamente a alcançar seu effeito, ainda quando a industria humana contende pelos encôtrar cõ maiores desuios, partindo a Rainha mais tarde a esperar as santas Reliquias, as encontrou primeiro que elRey, o qual por erro se desuiara por outro caminho: comprindose por esta via a profecia dos Martyres, & falecendo despois a Rainha em breue tempo.⁷⁰

Ou seja, um dos acontecimentos que na *Crónica dos Frades Menores* e na *Crónica* de Rui de Pina ajudavam a rodear a rainha de um halo de santidade, surge aqui como um relato anedótico, que recupera um tema usual em contos tradicionais, a tentativa de iludir a morte. Em articulação com esta linha, a procissão milagrosa que anuncia a morte da rainha é significativamente abreviada e aligeirada, pois a descrição é mais sucinta e a procissão já não integra São Francisco.

Referese que na noite em ã faleceo a Rainha antes de a leuarem a Santa Cruz, apparecerão os Santos Martyres com outra grande copia de Santos a hum conego deste santo & insigne Cõuento, chamado Dom Pedro Nunez, & lhe disserão como vinhão alli a celebrar as exequias da Rainha pellos merecimẽtos grandes de sua vida. Toda esta celestial cõpanhia rezou às matinas aquella noite, como testemunhou o mesmo Padre, & no fim dellas desapareceo.⁷¹

Frei António Brandão critica explicitamente o modo como Rui de Pina compôs a sua crónica do rei D. Afonso II, acusando-o de erros e de se perder em digressões⁷², apesar de ambos alinharem por uma historiografia mais contestatária e argumentativa (ao contrário das crónicas anteriores que, mais frequentemente, se limitam a ignorar o que não queriam difundir, o que constitui uma estratégia de ocultação mais eficaz). Esta hostilidade, pode explicar alguma divergência, mas não necessariamente a menor atenção dada à rainha, que voltamos a encontrar nesta crónica, acrescida da sua caricatura.

Na margem do fólho em que se descreve a estratégia de D. Urraca para afastar o momento da morte são indicadas, como fontes, “A lenda dos S. Martyres que está em S. Cruz. As lições do Breuiario antigo do mesmo mosteiro.”

70 BRANDÃO, Fr. António – *Monarquia Lusitana*, IV, fl. 102v-103r.

71 BRANDÃO, Fr. António – *Monarquia Lusitana*, IV, fl. 103r.

72 BRANDÃO, Fr. António – *Monarquia Lusitana*, IV, fl. 67v, sublinhado em SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de – “Urraca de Castela...”, p. 215.

(fl. 102v), o que nos sugere a possibilidade de este autor poder ter consultado a lenda portuguesa, entretanto desaparecida a que Isabel Rosa Dias se refere. No entanto, no fl. Seguinte, Fr. António Brandão transcreve uma passagem em latim que coincide, em grande parte com o texto latino da *Chronica XXIV Generalium*⁷³. A citação, que se refere ao milagre da procissão de frades menores falecidos, é introduzida pelo seguinte parágrafo: “São as palauras da lenda dos santos Martires que tratão deste aparecimento as seguintes.” (fl. 102r), o que significa que o texto que fr. António Brandão designa como “lenda” corresponde a um exemplar latino da crónica dos minoritas. Resta-nos assim a possibilidade de a anedota se encontrar nas lições do “Breviário antigo”, fonte que neste momento ainda não identificámos. Existe, no entanto, um texto anterior que já refere esta anedota e em termos bastante eloquentes. Trata-se das *Chronicas dos Frades Menores*, de Marcos de Lisboa, impressa em 1557⁷⁴. Este texto retoma a anterior *Crónica dos Frades Menores*, reescrevendo-a e amplificando-a retoricamente. A rainha Urraca é aqui referida, tanto no início, como no final da história dos Mártires de Marrocos. Num primeiro momento, temos a chegada dos frades menores a Portugal e o seu acolhimento pela rainha e pela Infanta D. Sancha. Ocorre aqui o episódio do pedido da rainha aos frades que lhe revelem detalhes sobre o momento da sua morte (Livro IV, fl. CXLVIIIr-CXLIXr). O segundo momento, relata a chegada das relíquias, a anedota da estratégia da rainha e, finalmente, o seu falecimento e a visão da procissão maravilhosa pelo seu confessor (Livro IV, fl. CLVIIv-CLVIIIr). O ardil da rainha para fazer que o rei chegue primeiro ao cortejo das relíquias para falecer primeiro é contado em detalhe, dramatizando-se o momento em que ela percebe que não conseguiu enganar o destino: “E chegando as Reliquias & nam vendo el Rey que ainda nam chegara, pasmada deu hum grande brado dizendo. Ay, que ninguem pode fugir ao juizo de Deos, & o que cuida que engana, fica enganado.”⁷⁵, o que empola ainda mais o tom solene e grandiloquente que o texto assume.

Também nesta obra temos as fontes indicadas em marginália. Para a primeira passagem são indicadas “chronicas antigas. Lenda. chronicas de Portugal.” (fl. CXLVIIIr). Para o segundo passo, quando se descreve a chegada das

73 A comparação com o texto da *Chronica XXIV Generalium*... p. 22 revela diferenças escassas e pouco significativas.

74 MARCOS DE LISBOA – *Primeira Parte das Chronicas da Ordem dos Frades Menores* ... Lisboa: em casa de Ioannes Blauio, 1557.

75 MARCOS DE LISBOA – *Primeira Parte das Chronicas*..., Lv. IV, fl. CLVIIIr.

reliquias a Coimbra, são indicadas “Chrônicas antigas. Lenda.” (fl. CLVII v). Estas remissões são simultaneamente eloquentes e opacas. Opacas na medida das dificuldades que criam à identificação precisa dos textos a que se referem; eloquentes ao exibirem os múltiplos transvazes que se terão verificado entre crónicas e lendas de diferente tipo. Resta um indício de uma dinâmica que poderia estar em curso, a procura de uma valorização do rei Afonso II que, nesta crónica, também é visto com alguma benevolência. Apesar de não se omitir as suas desavenças com o irmão, o infante D. Pedro (fl. CLVIIr), o fervor religioso do rei é referido, a par do da rainha, aquando da chegada das relíquias (fl. CLVIIv). Podemos assim colocar a hipótese de este movimento de recuperação da imagem do rei poder estar, de alguma maneira, ligado a um processo de menorização do halo de santidade da rainha.

Em todo o caso, perante estes dois últimos testemunhos, reacendem-se interrogações: por que razão é agora caricaturada uma rainha que, aparentemente, tinha tanto potencial de valorização, quase equiparável uma santa? Por um lado, em Espanha, corre a anedota de que Urraca não foi escolhida para noiva do rei de França, Luís VIII, por causa da sonoridade do seu nome, apesar da sua beleza, tendo sido preferida a sua irmã Branca⁷⁶. Pelo outro lado, em Portugal, é retratada como uma mulher manhosa que tenta subtrair-se a morrer antes do seu marido. Especialmente no caso da *Monarchia Lusitana*, que é uma obra publicada em plena união ibérica, é estranho que ridicularize a primeira princesa castelhana que casou com um rei português; ao que acresce tratar-se de uma individualidade ligada ao cenóbio, uma vez que o escolheu para sua sepultura (ainda que eventualmente a tenham trocado de túmulo...)⁷⁷.

Que o apagamento das imagens das duas irmãs, Urraca e Branca, possa ter sido uma forma de fazer sobressair Berengária, nas crónicas castelhanas é uma possibilidade relativamente ténue, uma vez que o papel destacado e politicamente interventivo da rainha-mãe de Castela e Leão é indiscutível. Mais provável poderá ser o facto de ter casado com um rei acusado de ter provocado a morte do sogro em virtude do seu carácter quezilento e pouco obediente. As crónicas castelhanas são manifestamente agrestes para com Afonso II e

⁷⁶ Podemos ler esta anedota em OCAMPO, Florián de – *Las cuatro partes enteras de la crónica de España que mandó componer el serenísimo rey don Alonso llamado el Sabio*. Zamora: Augustin de Paz y Juan Picardo impresores, 1541, IV Parte, fl. CCCXCr-v. No entanto, a tradição desta anedota será anterior, uma vez que Rui de Pina já a conhece.

⁷⁷ É com Afonso II e Urraca que o local de sepultura dos reis de Portugal muda de Santa Cruz de Coimbra para Alcobaça (VILAR, Hermínia V. – *D. Afonso II*, p. 63).

essa hostilidade pode ter atingido a sua esposa, o que, a médio prazo, também é passível de justificar um pouco o seu escarnecimento em tempos da monarquia dual.

Por outro lado, em Portugal, para além das questões iniciais relacionadas com o xadrez político e que terão marcado a aliança matrimonial de Urraca com Afonso, poderá subsequentemente ter-se verificado algum desconforto face a um casamento que poderia parecer desigual, a favor da rainha, talvez demasiado atuante. A condição física do rei e o seu temperamento belicoso (que lhe terá suscitado múltiplas inimizades) terão certamente contribuído para piorar a situação. A consequência conjunta destes elementos terá sido a desvalorização do casal. Um rei sem capacidades guerreiras que vive em antagonismo com a família e com múltiplos poderosos do reino, só mereceria uma rainha de refugio, preterida pelo rei de França e que tem atitudes manhosas, dignas de uma protagonista de chiste.

Estamos assim perante uma figura complexa, que os textos aqui considerados abordam de formas muito diferentes, ou ignorando, ou exaltando, ou ainda, ridicularizando, o que é sintomático de momentos e de personagens controversos. Trata-se de uma diversidade que adensa o mistério acerca desta figura marcadamente em tensão “entre” forças ou elementos opostos: entre dois reinos, Castela, onde nasce, e Portugal, onde reina e falece; provavelmente mediadora entre o rei e os protagonistas de diferentes dissensões; finalmente, dispersa entre relatos que, em formas cronísticas distintas (crónicas de reis / crónicas monásticas; crónicas medievais / crónicas de transição entre o período medieval e a época moderna) a retrataram em termos diametralmente opostos.

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

ARNALD OF SARRANT– *Chronicle of the Twenty-Four Generals of the Order of Friars Minor [1367-1374]*. Trad. Ingl. Noel Muscat, OFM. Malta: TAU Franciscan Communications, 2010.

BRANDÃO, Frei António – *Monarquia Lusitana*. Lisboa: INCM, Vol. IV, 1632 [2008] (texto facsimilado)

Chronica XXIV Generalium Ordinis Fratrum Minorum. Quaracchi: ex typographia Collegii S. Bonaventurae, 1897 (*Analecta Franciscana* tomo III).

- Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*. Ed. José Joaquim Nunes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.
- Crónica de Castilla*. Ed. Patricia Rochwert-Zuili. Paris: SEMH-Sorbonne – CLEA, 2010 - <http://e-spanialivres.revues.org/63>
- Crónica de Cinco Reis de Portugal*. Ed. A. de Magalhães Basto. Porto: Civilização, 1945.
- Crónica de Portugal de 1419*. Ed. Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade, 1998.
- Crónica Geral de Espanha de 1344*. Ed. Luís Filipe Lindley Cintra. Lisboa: INCM, 1951-1990.
- La Traducccion Gallega de la Cronica General y de la Cronica de Castilla*. Ed. Ramón Lorenzo. Orense: Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”, 1975.
- Les Grandes Chroniques de France*. Ed. Jules Viard, Paris: Champion, tomo 6, 1930; tomo 7, 1932.
- LUCAS DE TUI – *Chronicon Mvndi Lucae Tvdensis*. Ed. Emma Falque. Turhout: Brepols, 2003.
- MARCOS DE LISBOA – *Primeira Parte das Chronicas da Ordem dos Frades Menores ...* Lisboa: em casa de Ioannes Blauio, 1557.
- OCAMPO, Florián de – *Las cuatro partes enteras de la crónica de España que mandó componer el serenísimo rey don Alonso llamado el Sabio*. Zamora: Augustin de Paz y Juan Picardo impresores, 1541
- PINA, Rui de (1977) – “Crónica de D. Afonso II”. In *Crónicas*. Ed. M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, pp. 83-111.
- Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal; Reed. Diego Catalán. Madrid: Gredos, 1977.
- RODRIGO XIMENEZ DE RADA – *Historia de Rebus Hispanie sive Historia Gothica Roderici Ximenii de Rada*. Ed. Juan Fernández Valverde. Turnhout: Brepols, 1987.

2. Estudos

- BARROCA, Mário Jorge – “Cenas de passamento e lamentação na escultura funerária medieval portuguesa (séc. XII a XV)”. *Revista da Faculdade de Letras. História* 14 (1997), pp. 655-684.
- BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006
- DIAS, Isabel Rosa – “D. Pedro Sanches e a lenda dos cinco mártires de Marrocos”. In SILVA, C.G. (coord.), *O Imaginário medieval*. Lisboa: Colibri, 2014, pp. 123-131.

- DIAS, Isabel Rosa – “La légende des cinq martyrs franciscains du Maroc dans son contexte portugais”, *Franciscana* XI (2009), pp. 1-25.
- FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés “La transmisión textual de la «Estoria de España» y de las principales «Crónicas» de ella derivadas”. In *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*. Valladolid: Fundación Santander Central Hispano / Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, 2000, pp. 219-260.
- FIGANIÈRE, Frederico Francisco de la - *Memorias das Rainhas de Portugal. D. Theresa – Santa Isabel*. Lisboa: Typographia Universal 1859.
- MARTIN, Georges – *Les Juges de Castille. Mentalités et discours historique dans l’Espagne médiévale*. Paris: Klincksieck, 1992.
- MOREIRA, Filipe Alves – *A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade*. Lisboa: FCG | FCT, 2013.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues de – *Rainhas Medievais de Portugal. 17 mulheres, 2 dinastias, 4 séculos de História*. Lisboa: A esfera dos Livros, 2010.
- SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de – “Urraca de Castela ([1186/1187]-1220)”. In *As Primeiras rainhas. Mafalda de Mouriana. Dulce de Barcelona e Aragão. Urraca de Castela. Mecia Lopes de Haro. Beatriz Afonso*. Maia: Círculo de Leitores, 2012.
- SILVA, José Custódio Vieira da – *O Panteão Régio do Mosteiro do Alcobaça*. Lisboa: IPPAR, 2003.
- SOUTO CABO, J.A., “A Crónica dos ministros gerais da Ordem dos Fraires Menores (BN 94 IL) e o seu antígrafo galego”. In RODRÍGUEZ GUERRA, A. (ed.), *Lingüística Histórica e Dialectoloxía: coordenadas do cambio lingüístico*. Vigo: Universidade de Vigo – Servizo de Publicacións, 2016, pp. 273-298.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.